

HABEAS CORPUS Nº 556.476 - SP (2020/0002348-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : GLAUCIO DALPONTE MATTIOLI
ADVOGADO : GLAUCIO DALPONTE MATTIOLI - SP253642
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TULIO FELIPE DE MORAES REIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar impetrado em favor de **TULIO FELIPE DE MORAES REIS** em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC 2269178-57.2019.8.26.0000).

Extrai-se dos autos que, em razão de alegado erro de cálculo de penas, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que o indeferiu liminarmente (e-STJ, fls 12-16).

Neste *writ*, o impetrante afirma que há incorreção no cálculo das penas do paciente. Alega que o paciente deve cumprir o total de 11 anos e 10 meses pela prática de crime equiparado a hediondo e 7 anos, 1 mês e 6 dias pela prática de crimes comuns, porém foi imposto ao paciente o resgate de 2/5 do total da pena para possibilitar a progressão de regime.

Requer, liminarmente e no mérito, a retificação do cálculo de pena.

A liminar foi indeferida (e-STJ, fl. 93).

Prestadas as informações (e-STJ, fls. 96-100), o Ministério Público Federal opina pela "concessão da ordem, a fim de que, no cálculo da progressão, sejam levadas em consideração as frações próprias à natureza de cada delito, conforme definidas na legislação de regência" (e-STJ, fls. 107-108).

É o relatório.

Decido.

O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo ao exame da impetração, a fim de verificar a ocorrência de manifesta ilegalidade que autorize a concessão da ordem de ofício.

Conforme relatado, o acórdão do Tribunal de origem indeferiu liminarmente o *writ*, sob o fundamento de que se trata de sucedâneo de recurso.

Desse modo, as questões não podem ser conhecidas por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância, na medida em que não foram enfrentadas pelo Tribunal de origem.

Entretanto, embora de fato não se admita a impetração de *habeas corpus* substitutivo do recurso próprio, cabe ao Tribunal de origem aferir a existência de eventual coação ilegal imposta ao paciente, que justifique a concessão da ordem, de ofício, segundo reiterada jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Nesse sentido:

"EXECUÇÃO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTA GRAVE. INTERRUÇÃO, OU NÃO, DA CONTAGEM DO LAPSO TEMPORAL PARA OBTENÇÃO DA BENESSE. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DO TEMA POR ESTA CORTE, SOB PENA DE INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. *WRIT* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO APENAS PARA DETERMINAR AO TRIBUNAL ESTADUAL QUE ANALISE O MÉRITO DO HC N. 0002429-18.2015.8.26.0000.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não tem admitido a impetração de *habeas corpus* em substituição ao recurso próprio, prestigiando o sistema recursal ao tempo que preserva a importância e a utilidade do *writ*, visto permitir a concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. Na hipótese, verifica-se que o Tribunal estadual não conheceu do *habeas corpus* impetrado na origem (HC n. 0002429-18.2015.8.26.0000), por ser substitutivo de recurso próprio.

3. A negativa de análise da questão pela Corte *a quo* impede qualquer manifestação deste Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Nesse contexto, a solução passa pelo retorno dos autos ao Tribunal de origem para que examine a fundamentação expendida pela impetrante, relativa ao cumprimento dos requisitos objetivo e subjetivo concernentes ao livramento condicional, como entender de direito.

5. *Habeas Corpus* não conhecido. Ordem concedida de ofício apenas para determinar que o Tribunal *a quo* analise o mérito do HC n. 0002429-18.2015.8.26.0000."

(HC 342.417/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 01/02/2016.)

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. QUADRILHA. ILEGALIDADE DO INDEFERIMENTO DE PERÍCIA REQUERIDA PELA DEFESA EM RESPOSTA À ACUSAÇÃO. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO.

1. A aventada ilegalidade do indeferimento de perícia requerida pela defesa em resposta à acusação não foi alvo de deliberação pelo Tribunal de origem, circunstância que impede qualquer manifestação desta Corte Superior de Justiça sobre o tópico, evitando-se com tal medida a atuação em indevida supressão de instância.

2. Da leitura do acórdão objurgado, observa-se que em momento algum o mérito do *writ* originário foi enfrentado pela Corte de origem, que, equivocadamente, entendeu que tal questão não repercutiria na liberdade de locomoção do réu, o que evidencia a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, ensejando constrangimento ilegal passível de ser remediado com a concessão da ordem de *habeas corpus*, ainda que de ofício.

Superior Tribunal de Justiça

3. Esta Corte Superior de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, em reiterados julgados, tem analisado, na via do remédio constitucional, se a negativa de produção de prova pleiteada pelo acusado encontra-se ou não fundamentada, já que eventual cerceamento do direito de defesa do réu atinge, ainda que indiretamente, a sua liberdade, não se tratando, portanto, de matéria que não pode ser apreciada no âmbito do *mandamus*.

4. Recurso não conhecido. Ordem concedida de ofício para determinar a baixa dos autos ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios para que aprecie o mérito do *mandamus* lá impetrado."

(RHC 61.304/DF, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (Desembargador convocado do TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 29/09/2015.)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*. Contudo, **concedo** a ordem, de ofício, para determinar que o Tribunal *a quo* verifique a existência de eventual coação ilegal imposta ao paciente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator